

ATOS DA 44ª ZONA ELEITORAL .....	49
ATOS DA 48ª ZONA ELEITORAL .....	54
ATOS DA 49ª ZONA ELEITORAL .....	55
ATOS DA 52ª ZONA ELEITORAL .....	61
Índice de Advogados .....	62
Índice de Partes .....	63
Índice de Processos .....	65

## ATOS DA PRESIDÊNCIA

### PORTARIAS

#### PORTARIA Nº 428/2022

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 19, XI, do Regimento Interno deste Tribunal, CONSIDERANDO a necessidade de observância dos princípios constitucionais da eficiência e da duração razoável do processo;

CONSIDERANDO a celeridade inerente aos processos de prestação de contas, especialmente aqueles relativos a candidatos eleitos e primeiros suplentes;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 69, 72 e 73 da Resolução TSE n. 23.607/2019, que "dispõe sobre a arrecadação e os gastos de recursos por partidos políticos e candidatas ou candidatos e sobre a prestação de contas nas eleições";

CONSIDERANDO o que consta no Processo SEI nº 09165.2022-6,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar a Assessoria de Exame de Contas Eleitorais e Partidárias (ASEPA), por intermédio da Secretaria Judiciária, havendo indício de irregularidade na prestação de contas, a proceder à requisição de informações adicionais necessárias à instrução dos referidos processos, bem como determinar diligências específicas para a complementação dos dados ou para o saneamento das falhas, com a perfeita identificação dos documentos ou elementos que devem ser apresentados, nos termos do art. 69 da Resolução TSE n. 23.607/2019 (Lei nº 9.504/97, art. 30, § 4º).

Art. 2º Delegar à Assessoria de Exame de Contas Eleitorais e Partidárias (ASEPA) a atribuição para, por intermédio da Secretaria Judiciária, e após emitido parecer técnico conclusivo pela existência de irregularidades e/ou impropriedades sobre as quais não se tenha dado oportunidade específica de manifestação à prestadora ou ao prestador de contas, intimá-la(o) para, querendo, manifestar-se no prazo de 3 (três) dias contados da intimação, vedada a juntada de documentos que não se refiram especificamente à irregularidade e/ou impropriedade apontada, salvo aqueles que se amoldem ao parágrafo único do art. 435 do CPC, nos termos do art. 72 da Resolução TSE n. 23.607/2019.

Art. 3º Autorizar a Assessoria de Exame de Contas Eleitorais e Partidárias (ASEPA), por intermédio da Secretaria Judiciária, apresentado o parecer conclusivo da unidade técnica, e observado o disposto no art. 72 da Resolução TSE n. 23.607/2019, a proceder à abertura de vistas ao Ministério Público eleitoral dos autos da prestação de contas, devendo emitir parecer no prazo de 2 (dois) dias, consoante disposto no art. 73 da Resolução TSE n. 23.607/2019.

Art. 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Cuiabá-MT, 19 de outubro de 2022.

Desembargador **CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA**

Presidente do TRE-MT